

Ditadura Militar Brasileira: Castelo à Médici

Após a saída de Jânio Quadros da presidência, João Goulart assumiu mesmo sofrendo uma severa oposição por parte dos militares. A Campanha da Legalidade permitiu que Jango governasse. Durante seu mandato, forças conservadoras foram contrárias ao seu projeto de governo que visava reformar a economia brasileira. Em março de 1964 os militares deram um golpe de estado, tirando Jango do poder e iniciando a Ditadura, que duraria 25 anos.

Governo Castello Branco

Humberto de Alencar Castello Branco, militar, foi eleito pelo indiretamente como presidente da República no dia 15 de abril de 1964. Seis dias antes, o Ato Institucional nº 1 havia sido decretado por uma junta militar, que permitia a cassação de mandatos e de direitos políticos de quem se opusesse ao golpe.

Ainda em seu governo, Castello Branco seria responsável pela decretação de outros Atos Institucionais (Decretos-lei assinados pelos presidentes que ampliavam seus poderes no executivo). Com o AI-2 foi instituído o bipartidarismo, com o objetivo de minimizar a oposição dentro do Congresso e fora dele, como por exemplo, em manifestações sociais. Somente dois partidos funcionaram no período ditatorial: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava uma oposição controlada e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos militares.

Com o AI-4, o governo militar tratou de discutir uma nova constituição para o Brasil, com o objetivo de legitimar a Ditadura. Em janeiro de 1967, a Constituição foi aprovada com uma nova característica: a Lei de Segurança Nacional, confirmando o estado de exceção que o Brasil havia se tornado logo após o golpe de 1964.

O AI-5

O sucessor de Castello Branco na presidência foi o general Arthur da Costa e Silva, que assumiu em 1967, após ser eleito indiretamente pelo Congresso. Descontentes com o prosseguimento do governo ditatorial, uma série de manifestações sociais começaram a tomar as ruas. O assassinato do estudante Edson Luis no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, foi o estopim de uma das maiores manifestações sociais durante o período da ditadura militar: a Passeata dos 100 mil. Grupos radicais, que praticavam a guerrilha urbana, começaram a se formar o que alarmou os militares para o crescimento da oposição ao regime.

Prontamente, o presidente Costa e Silva, no mês de dezembro do ano de 1968, decretou o Ato Institucional nº 5, o mais importante do regime militar devido ao seu caráter extremamente autoritário e repressor. Com ele cassou mandatos, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial, com a “institucionalização” da tortura e da violência.

Pra frente Brasil! Governo Médici

Após ter sido afastado por um grave problema de saúde em 1969, uma Junta Militar foi formada para poder eleger o sucessor do presidente Costa e Silva: o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo deu prosseguimento a repressão e a violência geradas pelo Ato Institucional nº5, e por conta disso seu governo foi batizado como os "anos de chumbo".

É neste período jornais, revistas, livros, filmes e músicas e são censuradas. Muitos políticos, músicos, artistas e escritores são perseguidos, presos, torturados ou exilados do Brasil.

Além disso Médici se utilizou de uma série de slogans políticos para desviar a atenção da sociedade e promover o Brasil: "Brasil, ame-o ou deixe-o" simbolizava claramente a proposta de Médici neste período. Ou você apoiava os militares ou simplesmente pertencia a oposição podendo sofrer uma série de violências.

O Milagre Econômico

Na área econômica o país crescia deste o lançamento do PAEG, ainda no governo de Castello Branco. O PIB brasileiro crescia a uma taxa acima de 10% ao ano, enquanto a inflação beirava a casa dos 20%. Este período que vai de 1969 até 1973 ficou conhecido com o "Milagre Econômico" brasileiro. Com investimentos externos o Brasil caminhou em direção a estruturação da economia. Neste período, Médici investiu em construções grandiosas. Algumas obras, foram inclusive, consideradas faraônicas, devido ao seu planejamento e execução, tal como a Hidrelétrica de Itaipu e a Ponte Rio-Niterói.

1. A vitória do golpe militar de 1964 foi fruto da:

- a) decisão dos militares de implementarem o programa nacionalista e reformista proposto pelo Governo Goulart, desde que o povo não participasse ativamente das decisões políticas.
- b) crise do Estado Populista, da radicalização do movimento de massas exigindo reformas de base e da retirada do apoio ao Governo Goulart de significativos setores da burguesia nacional.
- c) incapacidade do Governo Goulart de levar avante a luta anti-imperialista e do compromisso dos militares com o programa de nacionalização das empresas estrangeiras, defendido pela burguesia nacional.
- d) união dos interesses dos militares e do capital estrangeiro contra a totalidade dos interesses da burguesia nacional, defensoras ferrenhas do nacionalismo econômico.
- e) decisão da maioria absoluta do Congresso de votar as reformas de base e do descontentamento dos militares, que representavam as forças conservadoras e os interesses

2. O golpe político-militar de 1964 acarretou transformações na economia brasileira originadas das mudanças nas relações de trabalho, das novas necessidades do desenvolvimento capitalista no país e das mudanças na conjuntura internacional.

Todas as alternativas apresentam indicadores corretos das transformações na economia brasileira pós-64, exceto:

- a) A abertura do país às empresas multinacionais a partir da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior.
- b) A adoção de uma nova política salarial e a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) substituindo o sistema de estabilidade no emprego.
- c) A consolidação do setor industrial nacional através da elevação dos salários urbanos e do aumento da oferta e do consumo de bens não duráveis.
- d) A elevação do volume de impostos e a consequente falência de um grande número de pequenas e médias empresas.
- e) A expansão da indústria petroquímica, siderúrgica e do alumínio, realizada sob o patrocínio do Estado, com a participação de conglomerados nacionais e estrangeiros.

3. O Ato Institucional nº 5, editado durante o governo do General Costa e Silva, permitiu a esse presidente da República, entre outras medidas:

- a) convocar uma Assembléia Nacional Constituinte
- b) criar novos ministérios e empresas estatais
- c) decretar o recesso parlamentar e promover cassações de mandatos e de direitos políticos
- d) contratar maiores empréstimos no exterior
- e) promover uma reformulação do sistema partidário

4. O chamado "Milagre Econômico" do período da ditadura militar brasileira, entre 1968 e 1973, resultou de

- a) arrocho salarial; situação internacional vantajosa, preços dos produtos brasileiros mais altos e dos estrangeiros mais baixos; grandes investimentos estatais; taxas de juros internacionais baixas; grande endividamento externo público e particular; participação de multinacionais.
- b) arrocho salarial; situação internacional vantajosa, pois o preço dos produtos brasileiros era mais alto, e o dos estrangeiros, mais baixo; pequeno endividamento externo e interno; taxas de juros internacionais baixas.
- c) arrocho salarial; situação internacional complicada, favorecendo o mercado externo para nossos produtos; taxas de juros internacionais altas; pequenos investimentos das estatais e participação das multinacionais na implantação de indústrias de base.
- d) situação internacional vantajosa; taxas de juros internacionais altas; pequeno endividamento externo público e particular; transferência de capital de multinacionais para o Brasil; privatização das estatais.
- e) situação internacional vantajosa; taxas de juros internacionais baixas; desenvolvimento do mercado interno, devido à política de aumentos salariais; participação de multinacionais.

5. O pretexto para a implantação do Ato Institucional Nº 5, a 13 de dezembro de 1968, pelo governo Costa e Silva, foi:

- a) a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, exigindo o retorno à democracia.
- b) a luta armada liderada pelo PCB, contra o regime militar.
- c) às greves de Osasco e Contagem.

- d) a decisão do Congresso de não suspender as imunidades do deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ofender as Forças Armadas.
- e) a morte do estudante Edson Luis, em protesto contra o governo.

Gabarito

1. B
2. C
3. C
4. A
5. D